

HISTÓRIA ORAL

CAMINHOS, PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Miguel Cardina

Entre 2006 e 2010 desenvolvi uma investigação sobre o percurso dos grupos maoístas portugueses de 1964 a 1974 e sobre a maneira como este território plural se fez acompanhar de um imaginário político de traços comuns. Tinha decidido desde o início quais os três principais núcleos de fontes a consultar. Em primeiro lugar, os escritos das próprias organizações: brochuras, comunicados, jornais clandestinos – e alguma documentação interna se a sorte me bafejasse. Em segundo lugar, os materiais existentes no arquivo da PIDE/DGS (Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança). Em terceiro lugar, a memória do período dada por antigos activistas. Suspeitava – e a prática veio confirmá-lo – que não encontraria muitas referências a nomes nem conseguiria compreender certas dinâmicas de militância se me concentrasse apenas nos dois primeiros núcleos de fontes, respeitantes a documentação escrita na época: o primeiro núcleo de fontes evitava-o, por evidentes razões conspirativas; o segundo conjunto não tinha – exceptuando casos específicos, que resultaram em regra no desmantelamento de estruturas – informação tão vasta e verosímil que me permitisse transformá-lo no único eixo desta investigação. Sem as perto de uma centena de entrevistas e testemunhos que realizei, estou certo que o resultado teria sido bem diferente: mais lacunar, menos complexo, mais ingénuo.

Foi na sequência desta escolha metodológica que me debati com as tensões associadas ao uso de fontes orais em História. Este texto procura expô-las, rastreando o trajecto seguido por esta abordagem historiográfica nas últimas décadas, ao mesmo tempo que traz a debate aspectos surgidos no decurso deste trabalho específico. Tal escopo, que conduz necessariamente a uma reavaliação dos conceitos de memória e fonte histórica, justifica uma breve contextualização sobre a forma como a História se abriu a perspectivas menos objectivistas e, adicionalmente, transformou a sua relação com o terreno da memória.

Fontes, História e Memória

Com efeito, a erosão de uma concepção de História fortemente subsidiária do positivismo, apostada em relatar o passado “tal qual aconteceu”, foi visível no questionamento do seu labor disciplinar como baseado exclusivamente no estabelecimento do facto. Se a crítica feroz que a Escola dos *Annales* endereçou à história-batalha demoliu em boa medida o fetiche da facticidade erguido pelos historiadores do século XIX, o tipo de historiografia que emergiu de seguida tendeu durante algum tempo a desconsiderar todo o saber histórico que não fosse quantificável. No processo decisivo de substituição da *histoire événementielle* pela *longue durée*, a influência estruturalista e o deslumbramento pelas largas séries estatísticas marcou, até meados da década de 1970, a via económico-social mas também a investigação gizada em torno das “mentalidades”. Ainda assim, e como realça Peter Burke, foi precisamente nessa “passagem do porão ao sótão” – da infraestrutura económica à superestrutura cultural, para utilizar a linguagem marxista – que historiadores ligados aos *Annales* começaram a utilizar fontes que fugiam ao paradigma quantitativista (Burke, 1992).

No exterior desse trilho intelectual, autores como Hayden White, Dominick LaCapra, Lawrence Stone, Michel de Certeau ou Paul Veyne vieram sugerir, de diferentes ângulos, a importância da subjectividade na selecção e análise dos documentos e na construção da própria escrita da História (Certeau, 1982, Stone, 1992; Bebian, 2002; Mudrovcic, 2005; Veyne, 2008). A progressiva aceitação de abordagens de cariz interaccional, que veio a ganhar visibilidade na década de 1980, ancorou-se precisamente na constatação de que a realidade não é oferecida de antemão ao actor social, mas antes resulta de uma construção à qual não são alheios, por exemplo, os enquadramentos de classe, género ou raça, os pergaminhos familiares, as escolhas e os percursos de vida, as memórias e as percepções sociais dominantes. Se isto é certo para os sujeitos-objectos da história, também o é para os historiadores. É neste sentido que deve ser lida a afirmação de Paul Veyne, para quem a importância de uns factos sobre outros depende, em primeiro lugar, da escolha de quem investiga e escreve e não de uma qualquer grandeza absoluta que lhes seja inerente (Veyne, 2008: 28-32).

Esta mudança compaginou-se com a emergência de um outro modo de equacionar a relação entre história e memória, passado e presente, conhecimento e rememoração. Deixando-se agora de parte a evocação de inscrições e monumentos, oriundos de tempos mais longínquos, como exemplo da relação intrínseca entre memória e poder, a verdade é que pelo menos desde a Antiguidade clássica que se podem encontrar abordagens em torno da memória. Desde logo na função social que desempenhavam figuras como os

mnemones, indivíduos encarregados de recordar o passado para auxílio judicial, mas também na elaboração de técnicas de rememoração e na integração da memória no friso divino. Mnemosine, a deusa grega que a personificava, permitia aos poetas lembrar o passado e transmiti-lo aos mortais. Platão, no *Teeteto*, coloca na boca de Sócrates o entendimento da memória como um bloco de cera na alma sobre o qual são gravadas inscrições com um estilete, o que remete para uma concepção passiva e individualizada acerca da sua natureza (Le Goff, 1990: 437-42).

É apenas em finais do século XIX que emerge a preocupação académica com o conceito, sobretudo no campo da psicologia e da filosofia. Foi Hermann Ebbinghaus quem desenvolveu os primeiros estudos empíricos acerca dos mecanismos subjacentes à memória. Sensivelmente pela mesma altura, e por caminhos distintos, Sigmund Freud e Henri Bergson encaravam o tema como um eixo central das suas inquietações intelectuais (Ansell-Pearson, 2010; Terdiman, 2010). Em ambos os casos – e independentemente da problematização que, designadamente Freud, introduz sobre as noções de sujeito e vontade – a memória é vista como uma espécie de “olhar interior”, modelo ilustrado com particular vigor pela involuntária força reminiscente da *madeleine proustina*.

Foram os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs sobre a “memória colectiva” – alguns deles publicados postumamente, já após a sua morte no campo de concentração de Buchenwald – que vieram rejeitar a concepção tradicional da memória como impressão na mente humana, fundamentando-a a partir da interacção social que os indivíduos estabelecem (Halbwachs, 1990). Acompanhando Durkheim na afirmação da preponderância do colectivo sobre o indivíduo, Halbwachs considera a memória colectiva como determinada pela imersão do sujeito na sociedade. Se por um lado tal faz justiça ao carácter social e cultural da memória, por outro, como afirmam James Fentress e Chris Wickham, esta leitura pode dar lugar a uma concepção que entende o indivíduo como “uma espécie de autómató, passivamente obediente à vontade colectiva, interiorizada” (Fentress e Wickham, 1992: 7).

A proposta de Halbwachs defendia também a distinção clara entre a memória, que considera a múltipla e alimentada pelo vivido, e a história, que era una e trabalhava em torno de factos distantes. Este cesura sedimentou-se e estará presente em importantes empreendimentos intelectuais como o levado a cabo por Pierre Nora em torno dos “lugares de memória” – os *lieux de mémoire* que vêm colmatar o desaparecimento dos *milieux de mémoire* e o esfarelamento do sentimento de continuidade em relação ao passado provocado pela aceleração da história. Trabalhando a partir do surto comemorativista ocorrido em França na década de 1980, Nora faz notar que a memória se vincula ao vivido, se caracteriza por um constante dinamismo, está aberta à “dialéctica entre lembrança e esquecimento” e mostra-se “inconsciente das suas deforma-

ções sucessivas”. Em linha diversa, a história seria a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não existe (Nora, 1993: 7-9).

De facto, para Maurice Halbwachs e Pierre Nora, história e memória são instâncias fundamentalmente distintas e produtoras de espaços autónomos de saber. O filósofo Paul Ricoeur, por seu turno, destaca a proficuidade resultante da colocação em diálogo dos dois domínios, apostando na busca de uma memória esclarecida pela historiografia e de uma História capaz de reanimar uma memória em declínio (Ricoeur, 2003). Enzo Traverso também reconhece a diferença entre história e memória, sendo esta última caracterizada por não necessitar de provas e por ostentar uma forte dimensão subjectiva. Sublinha porém como ambas se escrevem a partir do presente e partilham um mesmo objecto, ou seja, a elaboração do passado. Se a história nasce da memória, também dela se emancipa, chegando ao ponto de a transformar num dos seus temas de investigação (Traverso, 2007: 72).

Ao entendimento da memória como repositório de informações – toldada pela nostalgia, pela velhice ou pelos interesses dos indivíduos, logo imprestável para o exercício da História – seguiu-se assim a descoberta do seu carácter social, o labor historiográfico que a toma como objecto, e a sua valorização como potencial “fonte histórica”. Esta perspectiva é sobretudo adoptada por autores que questionam a primazia absoluta do documento escrito – em regra produzido a nível institucional e estatal – e que, na busca de uma necessária diversificação das fontes, têm procurado valorizar o uso da fotografia, da literatura, do cinema ou do testemunho oral. A utilização sistemática destes últimos materiais – por outras palavras, o exercício da “história oral” – contribuiu decisivamente nos últimos anos para o refrescamento de alguns enfoques historiográficos (Sandoica, 2004: 9-46 e 354-9).

A emergência da História Oral

Ainda que de seguida se faça uso da expressão “história oral”, entendo-a aqui, não como uma disciplina particular mas, na senda de Lutz Niethammer, como uma técnica específica de investigação contemporânea que faz uso da “experiência” (Niethammer, 1989: 13). Numa linha análoga, Mercedes Vilanova também rechaça a ideia de uma disciplina independente, falando em alternativa de uma “história sem adjetivos”. A revista que criou em 1989 – chamada num primeiro momento *Historia y Fuente Oral* e, depois, *Historia, Antropología e Fuentes Orales* – evidencia no próprio título essa intenção (Santana e Alberti, 2001). Fazer “história oral” consiste porém em activar um método de investigação que visa produzir conhecimento, e não apenas uma ordenação, fragmentária ou articulada, de experiências e percursos registados.

O lugar que ocupa a história oral na teia da historiografia pode ser compreendido através da distinção apresentada pelo historiador brasileiro José D'Assunção Barros entre *enfoques*, *domínios* e *abordagens*. Os *enfoques* produzem diferenciações no campo histórico que reenviam para as diferentes dimensões da vida humana (a “história demográfica” como estudo da população, a “história económica” como estudo da economia, a “história da cultura material” como estudo dos artefactos e da sua interacção com a vida humana). Os *domínios*, por sua vez, dizem respeito aos campos de estudo e às temáticas escolhidas pelos historiadores, e remetem para determinados agentes históricos ou ambientes sociais (o jovem, a mulher, a marginalidade, o rural, o urbano, a vida privada, etc.). Por fim, as *abordagens* referem-se aos modos de fazer a pesquisa e remetem mais para a metodologia do que para a teoria. A “história oral” (ou a “história serial”) seriam, neste sentido, abordagens mais do que enfoques ou domínios históricos (Barros, 2005). Se assim é, também não deixa de ser verdade que a sua irrupção fez-se acompanhar de importantes reflexões de cariz epistemológico com impactos evidentes no tipo de enfoques e na configuração dos domínios de estudo.

Nas palavras de Paul Thompson, a história oral apresenta-se simultaneamente como a mais antiga e a mais recente forma de fazer história (Thompson, 1978). No século V a.C., Heródoto usou os testemunhos orais como fonte para as suas *Histórias* e Tucídides recorreu à experiência de quem presenciou as guerras do Peloponeso para traçar o relato do conflito entre Esparta e Atenas. Também Jules Michelet colheu depoimentos e registou impressões de contemporâneos seus sobre a Revolução Francesa. No fundo, foi apenas com o advento do positivismo, a partir da segunda metade do século XIX, que o documento escrito se impôs como a única fonte legítima capaz de produzir um conhecimento estritamente apoiado nos factos e que se queria neutro e objectivo.

Papel pioneiro no que concerne à história oral teve o *Columbia Oral History Office*, criado em 1948 por Allan Nevins na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e dedicado à tarefa de conservar os testemunhos dos “grandes homens”. Apesar da novidade metodológica, esta história apresentava uma correspondência com a velha história política, centrada no percurso de personagens excepcionais. Uma linha menos elitista começou a esboçar-se a partir da década de 1950, utilizando fontes orais para reconstituir e compreender a cultura popular. Esta história alternativa – na época frequentemente militante e situada amiúde fora do terreno académico – foi importante na revalorização dos vencidos, dos marginalizados e dos silenciados: camadas populares, indígenas, mulheres, crianças, minorias políticas, culturais e sexuais. Para utilizar a expressão de Enzo Traverso, este rumo de investigação vinha agora transformar em objecto as “memórias débeis” (Traverso, 2007: 86). A partir da década de 1970, inúmeros congressos internacionais e o aparecimento de revistas

académicas da especialidade – como a *Oral History Review*, hoje revista da *Oral History Association* – atestam a expansão e o reconhecimento oficial que a abordagem foi recebendo (Joutard, 1996).

Os grandes fenómenos repressivos do século XX, nomeadamente os associados ao Gulag, ao Holocausto e aos diferentes contextos ditatoriais, bem como as experiências mais gerais de guerra, violência e silenciamentos, dinamizaram também valiosos estudos suportados no testemunho oral e na “voz das vítimas”. Conjuntamente, aguçou-se a atenção para aspectos da experiência histórica como é o caso do trabalho doméstico e da vida familiar. Como sublinha Alexander Von Plato, os testemunhos orais têm adquirido centralidade na abordagem de temas para as quais escasseiam as fontes, mas também no tratamento de domínios cuja especificidade exige uma atenção particular aos valores, atitudes e percepções dos actores históricos. O historiador alemão dá como exemplo disso a proliferação de estudos sobre a evolução das relações no seio da família, os papéis de género e os estilos educativos, as atitudes e valores relacionados com o trabalho, a reprodução das elites nas comunidades, partidos e outras instituições, ou os rituais religiosos (Von Plato, 1998).

Entre factos e significados: o papel da História Oral italiana

Mais recentemente, assistiu-se a uma mudança paradigmática no campo da história oral que consistiu na passagem de uma atitude defensiva, preocupada em questionar o estatuto da objectividade, para uma atitude de celebração das suas características específicas e das suas potencialidades. Esta postura teve desde cedo um lugar privilegiado de ensaio e desenvolvimento na chamada “história oral italiana”, que tem vindo a produzir trabalhos que vinculam o estudo da subjectividade, dos mecanismos da memória e dos aspectos narrativos e linguísticos (Portelli, 1996).

Comece-se por referir, a este respeito, os textos de Luisa Passerini – primeiro sobre as comunidades operárias de Turim e depois sobre as mulheres e as questões de género – que vieram salientar precisamente as relações entre subjectividade e facticidade, silêncio e narratividade, simbólico e real, formas culturais e discurso político (Passerini: 1984; 1991). O episódio da visita de Mussolini à fábrica da FIAT, em Mirafiori (Turim), examinado por Passerini em *Torino Operaia e Fascismo*, ilustra bem a proficuidade do trabalho em torno destes eixos conceptuais. A 15 de Maio de 1939, na inauguração desse complexo industrial, Mussolini dirigiu um inflamado discurso aos cerca de 50.000 operários presentes, perguntando a dada altura se estes se lembravam do “Discurso de Milão”, proferido em 1934 e onde prometera uma maior justiça social. O inesperado silêncio que se seguiu levou à irritação do *Duce* e à interrupção da sessão. Com o tempo, esse silêncio – visto por alguns dos presentes como efectivo desconhecimento do teor do discurso

– foi sendo revestido de uma carga simbólica que o transformou num dos episódios mais expressivos da luta contra a ditadura. Ao mesmo tempo que o significado da recepção de Mirafiori ganhava essa espessura, muitas reconstruções colocavam o acontecimento em 1938. Na leitura de Luisa Passerini, esta recusa da memória em colocar o episódio no seu efectivo contexto histórico deve-se à necessidade de sublinhar a inexistência de qualquer ligação com a guerra e de lê-lo, portanto, com uma manifestação eloquente de anti-fascismo, sem outras motivações (Passerini, 1984: 226-39).

De forma semelhante, também os trabalhos de Alessandro Portelli têm mostrado como pode a história oral servir de via de acesso a um exame profícuo da dissonância entre facto e significado. A análise do assassinato Luigi Trastulli, trabalhador numa fábrica de aço em Terni, ocorrida em Março de 1949 na sequência de uma manifestação contra a decisão italiana de aderir à NATO, demonstra como erros factuais podem servir para caracterizar a importância simbólica de um dado acontecimento. Não só a documentação escrita apresenta várias versões consoante seja oriunda da polícia ou de grupos de esquerda, como boa parte dos entrevistados situa a morte de Trastulli em 1953, ano em que ocorrem despedimentos e diversas manifestações e confrontos com a polícia na zona. Esta mudança cronológica é acompanhada de uma nova roupagem contextual, que confere ao jovem operário uma participação política prévia mais acentuada, introduz elementos mais dramáticos na narrativa e mostra como a cultura operária considera ambos os eventos – a manifestação contra a NATO e os despedimentos de 1953 – como parte de uma única sequência. Portelli demonstra ao longo do texto como estes erros não podem ser reconduzíveis à idade dos entrevistados ou ao carácter remoto do acontecimento, mas a determinados procedimentos da memória de grupo. Daí uma das suas conclusões: “saberíamos muito menos sobre o sentido deste evento se as fontes orais a ele se referissem de maneira precisa e *verídica*” (Portelli, 2007: 25-57).

Em outro estudo, e a propósito do massacre das Valas Ardeatinas, em Roma, a 24 de Março de 1944 – no qual os nazis mataram 335 homens como retaliação a um ataque dos *partigiani* – Portelli desmonta um certo senso comum que tende a culpabilizar a Resistência pelo ocorrido. Firmado na ideia posterior de que os alemães haviam dado um tempo de rendição aos responsáveis pelo ataque, teria sido na sua ausência que foi então accionada a regra estabelecida de matar dez italianos por cada alemão caído. Alessandro Portelli comprova não só que os nazis retaliaram sem aviso como demonstra que a existência da regra foi uma construção *a posteriori*. Estudando o peso do evento na vida dos familiares, mostra como a ausência de uma identidade comum às vítimas – de variada extracção social, com diferentes convicções políticas e religiosas, algumas capturadas no meio da rua para completar o número necessário – veio criar permanente tensões entre o dis-

curso oficial, que classifica os mortos como “heróis da libertação”, e a memória dos familiares, que nem sempre se enquadra nesta imagem unificadora. Simultaneamente, a investigação de Portelli voltou a separar os dois acontecimentos – o ataque da Resistência e a represália nazi – implodindo o discurso legitimador do massacre e voltando a dar vida a uma memória colectiva mais complexa (Portelli, 1999).

Os trabalhos de Passerini e Portelli sugerem, pois, como a “incerteza” da memória se pode constituir numa linha de pesquisa central no campo da história oral. Para esta corrente, a credibilidade da fonte oral não está necessariamente no grau de exactidão do dito, mas radica no que nela se silencia ou na própria dissonância com os factos. Se é verdade que por vezes os testemunhos nos alertam para factos desconhecidos, a “história oral italiana” evidencia também a sua proficuidade no estudo de temas como a subjectividade, a imaginação, o desejo, a estrutura da memória e a relação entre o indivíduo e os contextos sociais, políticos, económicos e culturais.

Fontes escritas, fontes orais

Embora no seu interior coexistam diferentes práticas historiográficas e olhares metodológicos, o campo da história oral tem ajudado a construir um espaço de compreensão dos processos históricos contemporâneos que, por um lado, já não entende as fontes escritas como auto-suficientes e, por outro, se lança no resgate de vozes silenciadas.¹ O estudo da antropóloga Paula Godinho sobre a chamada “Guerra de Cambedo” atesta como a recolha de testemunhos orais permite “soltar o lacre da memória” e suprimir a carência e adulteração das fontes escritas. Este caso concreto refere-se ao cerco e bombardeamento da aldeia de Cambedo da Raia, no concelho de Chaves, em Dezembro de 1946, quando a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Civil espanhola atacaram a aldeia e prenderam cerca de um terço dos habitantes sob a acusação de acolherem supostos salteadores. Na verdade, tratavam-se de *maquis* – guerrilheiros que se dedicavam à luta armada contra o franquismo – oriundos do lado galego da fronteira e que detinham relações afectivas e laborais com o lado português. Com o recurso a entrevistas, Paula Godinho pôde desenhar, à margem dos documentos escritos, como jornais da época e relatórios da PIDE e outras forças policiais, uma imagem que os recupera para o campo da resistência ao franquismo, desocultando uma memória banida do espaço público durante décadas (Godinho, 2004).

¹ Em Portugal, e não obstante o crescente recurso às fontes orais, a história oral continua a encontrar resistências várias ao seu exercício, o que se explica pela sua introdução recente no país mas também pela permanência de bolsas de conservadorismo metodológico em alguns sectores da academia. Sobre o assunto, veja-se Oliveira, 2010.

A historiadora Fátima Patriarca assinala igualmente algumas vigilâncias necessárias a quem recorre a fontes policiais, como sejam os arquivos da PIDE/DGS. Não há dúvida de que este acervo é incontornável para quem pretenda estudar o Estado Novo e que a sua abertura na década de 1990 constituiu uma importante vitória a que não foi alheia a capacidade de mobilização dos historiadores nesse sentido. Estas evidências não nos devem fazer cair, porém, numa posição que tome essa documentação como mais fiável ou *verdadeira*. Reflectindo sobre o trabalho de pesquisa realizado nesse arquivo durante a preparação do estudo sobre a revolta de 18 de Janeiro de 1934, Patriarca chama a atenção para o facto de os autos de declarações – que resumem em linguagem burocrática e estereotipada as informações que a polícia conseguiu extrair em interrogatório – estarem longe de fornecer uma transcrição literal do que se passou na inquirição. Não só estão ausentes as entoações, gestos e silêncios, como se omite o recurso à violência física e psicológica. Na realidade, se o procedimento plasmado nos autos visava extrair a confissão enquanto elemento de prova, os inquiridos obviamente desenvolviam estratégias de fuga e defesa que passam por elidir responsabilidades, falsificar datas e nomes ou escamotear factos e relacionamentos (Patriarca, 1997).

Comparando a disputa em torno da abertura dos arquivos no Brasil e na Argentina ocorrida a partir da década de 1990, Ludmila da Silva Catela nota a importância da desclassificação dos documentos relativos à repressão política, embora não deixe de sublinhar o paradoxo que consiste em fundar uma política de verdade e justiça com base em materiais que “nasceram sob o signo do segredo e do ocultamento, e que muitas vezes foram ‘montados’ com base na mentira, na delação e na invenção, para delimitar o outro como inimigo” (Catela, 2009: 448). Assim sendo, e deixando em suspenso a relevante questão ética levantada, torna-se evidente que qualquer arquivo é elaborado num dado contexto para servir determinados fins, o que obriga o historiador a uma vigilância crítica que o recurso cruzado a diferentes fontes pode ajudar a aguçar.

A investigação que desenvolvi em torno do maoísmo em Portugal entre 1964 e 1974 obrigou-me, naturalmente, a algumas viagens demoradas pelos arquivos da PIDE/DGS na Torre do Tombo. A riqueza desse material é indubitável e sem ele muita história contemporânea que se efectuou em Portugal nas últimas duas décadas teria sido diferente ou simplesmente não teria existido. No entanto, é fundamental ter em conta, como acima se frisou, que a documentação aí depositada não é espelho exacto e transparente do passado. Ao longo da pesquisa pude perceber, aliás, como algumas informações dadas por esses documentos apenas se tornaram claras falando com antigos protagonistas e estando atento ao seu contexto de produção. Por outro lado, importa reter que a polícia política nem sempre tinha um conhecimento deta-

lhado das organizações políticas que perseguia e da acção dos seus militantes. Como exemplo, basta atender ao documento da PIDE/DGS que faz um resumo das organizações de extrema-esquerda, constante em vários processos, e que se apresenta repleto de lacunas, erros e imprecisões.²

Por sua vez, Maria Manuela Cruzeiro evoca uma exposição de documentos oriundos da PIDE/DGS, realizada na Torre do Tombo em 1997, para salientar outra limitação deste acervo documental. Apesar da quantidade de material exposto (relatórios dos agentes, cartas apreendidas, processos, fotografias), o conjunto não permitia decifrar o que verdadeiramente havia sido a polícia política. Na opinião de Manuela Cruzeiro, os documentos não revelavam as dinâmicas torcionárias nem as vivências de quem as suportou: “faltava lá sangue, vida, faltavam lá sentimentos, faltava lá a vivência das pessoas” (Cruzeiro, 2004).³ Isso mesmo é bastante evidente na narração de Aurora Rodrigues, recentemente publicada (Rodrigues, 2011). Antiga militante do MRPP, presa em 1973 no âmbito de uma manifestação estudantil e vítima de 450 horas de tortura de sono, Aurora Rodrigues afirmou ter decidido contar a sua história quando percebeu existir um gigantesco hiato entre a sua dolorosa experiência de cárcere e o teor quase anódino do seu processo na Torre do Tombo.

Para além do material oriundo da PIDE/DGS, utilizei um outro tipo de documentos escritos no decurso da investigação. Refiro-me à documentação produzida pelas organizações políticas, como panfletos ou jornais clandestinos. Muitos destes textos são marcados por um notório triunfalismo que por vezes amplificava determinados factos com intenções propagandísticas. Um caso evidente disso ocorre no âmbito do MRPP, criado em 1970 e que veio a adquirir nos anos seguintes uma expressão importante em meios juvenis radicalizados. O elogio da acção e da coragem militante levou a que aparecessem no *Luta Popular*, o seu órgão de massas, notícias que adulteravam a amplitude de algumas acções políticas.

² A PIDE/DGS anexa em vários processos esse documento com a breve análise das várias organizações “marxistas-leninistas” (m-l) e a enumeração de alguns membros. Tomar esse documento como um retrato do universo m-l da época – e não como um retrato do conhecimento da PIDE sobre essas organizações – leva à omissão de protagonismos, à rasura de grupos não identificados e à relação equivocada de determinados militantes com certos grupos. ANTT – PIDE/DGS, proc. 12.534 CI(2), NT 7652, fl. 5-9. Outros exemplos se poderiam adiantar, como a ligação apontada, em 1970, entre a EDE (Esquerda Democrática Estudantil) e estruturas m-l no exterior [ANTT – PIDE/DGS, 3529/62 SR, NT 3356, fl. 26] ou relação sugerida em 1971 entre o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e as Brigadas Revolucionárias [ANTT-PIDE/DGS, proc. 1641 CI (2), pasta 1, fl. 383].

³ Maria Manuela Cruzeiro desenvolveu desde 1990 no Centro de Documentação 25 de Abril um dos mais profícuos e duradouros projectos de história oral no país, através do qual realizou entrevistas a protagonistas do 25 de Abril e a resistentes antifascistas.

Assim, em finais de 1973, o jornal relatava uma manifestação ocorrida a 12 de Outubro, no Porto, um ano após o assassinato a mãos policiais do seu militante José António Ribeiro Santos. O *Luta Popular* fala então de um comício seguido de uma manifestação de “centenas de estudantes” que conseguiram “furar vitoriosamente o dispositivo militar-policial” e partiram gritando palavras de ordem contra a “farsa eleitoral”. Trabalhando sobre o assunto, o historiador José Manuel Lopes Cordeiro evoca a sua experiência pessoal e a presença nesse dia no local para garantir que não houve comício nem manifestação, já que a concentração policial, ocupando inteiramente a Praça, impediu o arranque da manifestação (Cordeiro, 2009: 151).⁴

Como se torna patente, mesmo que não se apresentem assinados, esses textos eram sempre resultado da visão de quem os escreveu e das informações que tinha ou não na sua posse e do que queria ou não revelar. Nesse sentido, o recurso às fontes orais pode facultar um olhar crítico sobre determinada documentação escrita. Experimentei uma ilustração disso mesmo quando me deparei com a história da Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML) tal como é apresentada perto do 25 de Abril no *Revolução Proletária*, seu jornal teórico. Mesmo sem mencionar nomes, traçava-se aqui um retrato credível, cuja exactidão, porém, foi possível matizar confrontando-a com relatos actuais de antigos activistas. Não só se identificaram, através deles, nomes dos protagonistas e se cotejou a importância que as “eleições” de 1969 tiveram na estruturação do grupo, como foi possível entender de que forma o referido relato espelhava tensões políticas existentes no seio do colectivo (Cardina, 2011: 144-153).

A especificidade das fontes orais

Isto não significa, como é óbvio, que as fontes orais possuam maior fiabilidade ou que sob elas não se devam exercer rigorosas cautelas hermenêuticas. Tal como a documentação oriunda das organizações ou os autos da PIDE,

⁴ Curiosamente, o *Luta Popular* publica no espaço do leitor um texto que censura os camaradas que, “levados talvez pelo entusiasmo ou pelo optimismo, descrevem (na propaganda) manifestações ou acontecimentos de uma forma tão excessiva que leva por vezes a alterações de certos factos”. A carta é assinada pelo “camarada Ramos do Comité de Bairro Servir o Povo” [Raimundo Santos] e nela dá-se o exemplo do artigo no número anterior sobre as lutas anti-eleitorais. Aí se referiam comícios na Musgueira, Bairro Chinês e Bairro da Liberdade, quando na verdade apenas ocorreram marchas, e uma concentração de 400 operários junto à Sorefame onde interveio um camarada por 15 minutos, clarificando “Ramos” que a intervenção não durou cinco minutos e que a assistência não ultrapassava a centena de operários “Nota da redacção”, *Luta Popular*, n.º 15 / 16, Janeiro/Fevereiro de 1974. O artigo referido – “A Farsa Eleitoral reduzida a pó” – está no *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

também os testemunhos orais exigem ser lidos de forma crítica, se possível cruzados, e com um olhar atento ao seu contexto de produção e ao percurso pessoal do informante. A maneira como as fontes orais são construídas – as únicas criadas por solicitação do historiador e destinadas ao seu uso directo – tem sido, aliás, um dos mais frequentes anátemas lançados contra a história oral. Curiosamente, memórias e biografias também resultam de um esforço voluntário e pessoal de ordenação dos acontecimentos e ambas têm sido usadas pelos historiadores sem tantas reservas. Se é verdade que o recurso a testemunhos e entrevistas induz cuidados adicionais, o facto de o historiador participar no processo de construção da fonte pode inclusive ser visto como uma vantagem, na medida em que permite o diálogo com o entrevistado, solicitando o esclarecimento de certos pontos menos claros e confrontando determinadas leituras com outras interpretações existentes. Além disso, as omissões e as inexactidões podem também alertar o historiador para a necessidade de comparar fontes e perspectivas (Mudrovic, 2005: 111-9).

A dimensão específica da oralidade tem sido igualmente motivo de debates que, entre outras temáticas, tocam na questão da transcrição. Com efeito, entre a gravação e a transcrição não existe uma passagem neutral, já que mesmo a transcrição o mais literal possível implica sempre uma dose de criação. Segundo Portelli, a entoação e a velocidade são dois dos limites da transcrição. No primeiro caso, podemos introduzir sinais de pontuação mas estes “difícilmente coincidem com os ritmos e as pausas empregues pelo sujeito, e acabam por confinar o discurso ao interior de regras lógicas e gramaticais que não foram necessariamente seguidas” (Portelli, 2006: 32). No que concerne à velocidade, ela associa-se à emotividade narrativa e a sua interpretação está ligada ao contexto: abrandar pode significar uma ênfase em certos pontos ou dificuldade em abordá-los, como a aceleração pode revelar uma grande familiaridade com determinados aspectos ou vontade de camuflar a sua importância.

O ritmo da narrativa é um elemento que também não deve ser descuidado. De facto, identifiquei no decurso das entrevistas diferentes modos de lidar com o passado que recorriam precisamente ao ritmo para acentuar ou camuflar determinados elementos. Os actos relacionados com formas violentas de intervenção, por exemplo, foram por vezes mitigados nas entrevistas através de uma abordagem deliberadamente breve ou por meio da valorização de pormenores circundantes ou justificativos, como as sociabilidades no grupo ou a genérica iniquidade do regime. Também as expressões faciais ou a exteriorização de emoções, importantes em algumas entrevistas, foram difíceis de traduzir. No fundo, mesmo que se convençione uma notação para indicar o choro ou o riso, por exemplo, as demonstrações de mágoa, alegria, tristeza, impaciência ou saudade mostraram-se intraduzíveis quase sempre.

Tendo consciência destes limites, o certo é que a transcrição é absolutamente necessária se se quiser proceder ao seu uso num texto, que é por natureza escrito. Nesta medida, a seguir ao diálogo com os antigos activistas e à sua transcrição, optei por enviar o documento para o entrevistado de modo a que este pudesse efectuar correcções, rasuras ou acrescentos. Devolvendo a palavra aos narradores, foi-lhes concedido um controlo sobre o produto final que seria utilizado como fonte, ao mesmo tempo que se introduziu mais algum à vontade aos entrevistados durante a conversa, uma vez que poderiam discorrer com a liberdade que entendessem sem que a palavra proferida fosse necessariamente a definitiva. Por outro lado, essa opção trouxe limites assinaláveis, já que no acto de “correcção” se retiraram forçosamente elementos considerados problemáticos, rasuraram-se nomes e omitiram-se interjeições, pausas, gaguezes, eliminando-se assim alguma da carga espontânea da conversa.

Já foi referido como o testemunho dos intervenientes é fundamental para se poder conhecer as margens da história sobre as quais a documentação escrita proveniente dos arquivos oficiais pouco revela. Se as emoções – como a dor, por exemplo – estão frequentemente arredadas da documentação escrita, também não é fácil abordá-las no contexto de uma entrevista. No meu caso, poucos entrevistados se dispuseram espontaneamente a falar da tortura e da prisão, contornando os temas explícita ou implicitamente. Aqueles que sobre eles falaram fizeram-no muitas vezes de maneira indirecta ou rígida, com expressões como “já tinha lido sobre o assunto, mas estar lá é diferente” ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o tabu sobre o tema como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se tratava de manter inviolável. Tal como Michael Pollak enunciou nos seus estudos com mulheres que estiveram em campos de concentração nazis, o silêncio pode não ter origem no esquecimento, mas sim na lembrança de um episódio traumático que se decide não exprimir por palavras, e que participa naquilo a que o autor chama “gestão do indizível” (Pollak, 1993).

Importa notar que a entrevista, enquanto acesso à experiência subjectiva, faz ela própria parte do processo de “perpétua elaboração da identidade” (Branche, 2001: 44). Ao abordar criticamente a noção de “histórias de vida”, também Pierre Bourdieu falou do perigo da “ilusão biográfica”, essa crença de que existe uma coerência perfeita numa dada trajectória pessoal (Bourdieu, 2006). Num sentido semelhante, Fernando Catroga alertou para o modo como o cariz teleológico da recordação entende o “percurso autobiográfico como se fosse um *continuum*, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada”. Os sujeitos tenderiam assim a traçar enredos que domesticam “o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente” (Catroga, 2001).

Num texto já clássico no campo da história oral, Alistair Thomson afirma que os relatos de vida tendem a seguir uma lógica de “composição”, buscando os indivíduos coerências narrativas entre passado, presente e futuro, que os fazem reprimir ou rever memórias dolorosas que não se acomodam facilmente à sua identidade actual ou que revelam tensões e traumas ainda não resolvidos (Thomson, 2006). Tal não significa que a história oral tenha de ficar refém desse silêncio ou que os recalcamientos sejam impenetráveis à compreensão do historiador. Algo do género está presente no caso de um antigo activista contactado no decurso do estudo e que declarou o seu “porte exemplar” na polícia, isto apesar de a consulta ao processo na PIDE/DGS apontar em sentido diverso. Este exemplo mostra bem como o presente não deixa de estruturar os discursos que os sujeitos elaboram sobre o seu passado. Independentemente da questão de saber se acredita efectivamente na sua narrativa, ou quais as razões que a podem explicar – vergonha? vaidade? noção de que se sofreu suficientemente para reivindicar o estatuto de “herói”? indecifrável corrupção policial dos autos? –, este episódio sugere como, em certa medida, a perseguição, a tortura e a prisão não expiraram com a queda da ditadura e se reflectem ainda hoje no corpo e na mente de antigos activistas políticos.

É preciso ter em conta que o “mau porte” foi muitas vezes motivo de expulsão das organizações, de ostracismo junto de camaradas e amigos e foi usado como argumento em disputas internas no pós-25 de Abril. O padrão de comportamento dominante adoptado pela generalidade das correntes maoístas inspirava-se na posição do PCP, que havia estabelecido como regra, desde finais da década de 1930, a recusa a fazer qualquer declaração e a assinar qualquer documento na polícia. A forma como Francisco Martins Rodrigues, o principal teórico do maoísmo português, lidou com a questão é exemplar a este respeito. Preso em 1966 no contexto de desmantelamento da FAP (Frente de Acção Popular) e do CMLP (Comité Marxista-Leninista Português), foi sujeito a intensas sessões de tortura e viria a confirmar alguns nomes à polícia. Martins Rodrigues recorda que em tribunal a PIDE juntou aos autos uma série de folhas de forma a poder compor o conjunto da organização pela voz do seu máximo responsável. Mas significativo é o modo como acaba por concluir: “o essencial é que eles tinham conseguido sacar informações e reduzir um gajo àquilo que eles queriam: a partir de agora este homem está arrumado” (entrevista ao autor, 29/01/2008).

“Estar arrumado” não significava apenas sujeitar-se ao potencial desprezo dos camaradas nem contribuir para o desmantelamento policial – em estado já bastante avançado – da organização em que se militava. Era, em última análise, tomar consciência de que fora alvo de um processo de despo-tenciação política. Françoise Sironi, num estudo importante sobre a psicologia da tortura, evidencia como esta pretende não tanto extorquir informação

mas silenciar as vítimas e o grupo ao qual elas pertencem (Sironi, 1999). Também o psiquiatra Afonso de Albuquerque, numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios levada a cabo logo a seguir a 1974, sublinha que, mais do que fazer falar, interessava à polícia desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura (Albuquerque, 1987). A tortura induzia assim ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: “falar” na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, significava calar o sujeito que se era.

Sujeito e silêncios, passado e presente, história e memória. O que nos pode então proporcionar o uso de fontes orais para o exercício de escrita da História? A única forma de evitar a “contaminação” das memórias dos actores de um passado que se estuda é mantê-los a uma espécie de “distância de segurança”? É lúcido prescindir à partida dessas vozes e do modo como elas nos podem ensinar a olhar criticamente para acervos documentais escritos? As páginas anteriores procuraram esboçar respostas a estas questões. Respostas não definitivas mas assentes numa convicção: a de que a História é a tentativa de relacionar de maneira verosímil o que aconteceu, os vestígios desse passado e a memória que sobre ele se estrutura.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso (1987) *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*, Lisboa: Informação e Saúde, Texto Editora.
- ANSELL-PEARSON, Keith (2010) “Bergson on Memory”. Susannah Radstone e Bill Schwarz (ed.), *Memory. Histories, Theories, Debates*, New York, Fordham University Press, 61-76.
- BARROS, José D’Assunção (2005) “Os campos da História no século XX”. *Ler História*, 49: 77-104.
- BEBIANO, Rui (2002) “A história como poética”. José d’Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*, Lisboa, Edições Colibri, 47-70.
- BOURDIEU, Pierre (2006) “A ilusão biográfica”. Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado (ed.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 183-192.
- BRANCHE, Raphaëlle (2001) “Género y tortura: cuando una mujer pregunta a los hombres sobre la violencia”. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 26: 37-46.
- BURKE, Peter (1992) *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*, São Paulo, UNESP, 2.^a edição.
- CARDINA, Miguel (2011) *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-china.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009) “Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, 5: 119-158.
- CATELA, Ludmila da Silva (2009) “Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina”. Cecília MacDowell Santos, Edson Telles e Janaína de Almeida Teles (ed.), *Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil, volume 2*, São Paulo, Editora Hucitec, 444-471.
- CATROGA, Fernando (2001) *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.
- CERTEAU, Michel de (1982) *A Escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2004) Intervenção no Congresso da Democracia, organizado pela Associação 25 de Abril (Novembro de 2004), <http://www.25abril.org/a25abril/getdocument.php?id=253>, consultado em 24 de Junho de 2011.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1992) *Memória Social*, Lisboa, Teorema.
- GODINHO, Paula (2004) “Maquisards ou Atracadores?” A propósito das revisões da história no caso de Cambedo da Raia, 1946”, *Cambedo da Raia. 1946. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*. Ourense, Asociación Amigos da República, 157-227.
- HALBWACHS, Maurice (1990) *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice.
- JOUTARD, Philippe (1996) “La historia oral: balance de un cuarto de siglo de reflexión metodológica y de trabajos”. *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, 15: 155-70.
- MUDROVICIC, María Inés (2005) *Historia, narración y memoria*, Madrid, Akal.
- NIETHAMMER, Lutz (1989) “Para qué sirve la historia oral”. *Historia y Fuente Oral*, 2: 3-25.
- NORA, Pierre (1993) “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, 10: 7-28.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2010) “A História Oral em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63: 139-56.
- PASSERINI, Luisa (1984) *Torino operaia e fascista. Una storia orale*, Roma / Bari, Laterza.
- PASSERINI, Luisa (1991) *Storie di donne e femministe*, Torino, Rosenberg e Sellier.
- PATRIARCA, Maria de Fátima (1997) “Sobre a leitura das fontes policiais”. *Análise Social*, 143/144: 925-35.
- POLLAK, Michael (1993) *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*, Paris, Editions Métailie.
- PORTELLI, Alessandro (1996) “Italian Oral History. Roots of a Paradox”, David K. Dunaway e Willa K. Baum (ed.) *Oral History: an interdisciplinary anthology*, Walnut Creek, Altamira Press.
- PORTELLI, Alessandro (1999) *L'ordine è già stato eseguito. Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria*, Roma, Donzelli Editore.

- PORTELLI, Alessandro (2006) “What makes oral history different”, Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*, London / New York, Routledge, 32-42.
- PORTELLI, Alessandro (2007) *Storie Orali. Racconto, immaginazione, dialogo*, Roma, Donzelli Editore.
- RICOEUR, Paul (2003) *La Memoria, La Historia, El Olvido*, Madrid, Editorial Trotta.
- RODRIGUES, Aurora (2011) *Gente Comum. Uma história na PIDE*, Recolha, introdução, contextualização e notas de António Monteiro Cardoso e Paula Godinho, Castro Verde, 100 Luz.
- SANDOICA, Elena Hernández (2004) *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*, Madrid, Ediciones Akal.
- SANTANA, Marco Aurélio e ALBERTI, Verena (2001) “Entrevista com Mercedes Vilanova”. *História Oral*, 4: 149-64.
- SIRONI, Françoise (1999) *Boureaux et Victimes. Psychologie de la Torture*, Paris: Odile Jacob.
- STONE, Lawrence (1992) “History and post-modernism II”. *Past and Present*, 135: 189-94.
- TERDIMAN, Richard (2010) “Memory in Freud”. Susannah Radstone e Bill Schwarz (ed.), *Memory. Histories, Theories, Debates*, New York, Fordham University Press, 93-108.
- THOMPSON, Paul (1978) *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University Press.
- THOMSON, Alistair (2006) “Anzac Memories. Putting popular memory theory into practice in Australia”. Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*, London / New York, Routledge, 224-54.
- TRAVERSO, Enzo (2007) “Historia y Memoria. Notas sobre un debate”, Marina Franco e Florencia Levín (ed.), *Historia Reciente. Perspectivas e desafios para un campo en construcción*, Buenos Aires, Paidós, 67-96.
- VEYNE, Paul (2008) *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70.
- VON PLATO, Alexander (1998) “La historia oral en la historiografía”. *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, 20: 7-22.